

Guia prático sobre o planeamento e a realização de entrevistas de reinstalação





A Agência da União Europeia para o Asilo (EUA), ou qualquer outra pessoa agindo em seu nome, não pode ser responsabilizada pela utilização que possa ser dada às informações abaixo apresentadas.

Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2022

PDF ISBN 978-92-9487-080-3 doi:10.2847/066489 BZ-06-22-118-PT-N

© Agência da União Europeia para o Asilo (EUA), 2022

Ilustração da capa, Irina_Strelnikova, © iStock, 2021

Reprodução autorizada mediante indicação da fonte. A autorização de utilização ou reprodução de fotografias ou de outro material não protegido por direitos de autor da EUA deve ser obtida diretamente junto dos titulares dos direitos de autor.





Introdução à presente ferramenta

As informações apresentadas na presente ferramenta não são, de modo algum, exaustivas, representando antes uma compilação de orientações e dicas práticas sobre o planeamento e a realização de entrevistas de reinstalação⁽¹⁾. O objetivo foi apoiar os Estados-Membros da União Europeia e os países associados (UE+) no seu trabalho operacional de reinstalação.

de preparar uma entrevista de reinstalação e de a realizar durante uma missão de seleção.

Qual é a finalidade da presente ferramenta?

O presente guia prático destina-se a servir de breve orientação e lista de verificação para acompanhar os funcionários responsáveis pelos processos de reinstalação na preparação e execução de entrevistas de seleção. A finalidade é contribuir para um maior conhecimento sobre a forma de gerir e tratar os casos de reinstalação e dotar os funcionários responsáveis pela análise do processo de uma ferramenta adequada para preparar as entrevistas de reinstalação.

O que consta da presente ferramenta?

O presente guia prático contém uma síntese dos procedimentos que são geralmente utilizados ao examinar os casos de reinstalação através de entrevistas num primeiro país de asilo. Parte do pressuposto de que as entrevistas são planeadas e realizadas em cooperação com o ACNUR. Consiste em quatro secções destinadas a ajudar os funcionários responsáveis pelos processos de reinstalação a prepararem-se para as entrevistas e a realizarem-nas e a superarem os desafios conexos. É prestado aconselhamento sob a forma de listas de verificação e orientações para ajudar ao longo das várias etapas, apresentando questões-chave, recomendações e ferramentas práticas relacionadas com entrevistas de seleção.

Porque foi elaborada a presente ferramenta?

Existem várias publicações relativas à reinstalação, que são ferramentas inestimáveis para os países emergentes e para os países de reinstalação existentes. Algumas dessas publicações estão enumeradas abaixo. Além disso, o presente guia prático procura complementar os documentos existentes, fornecendo informações pormenorizadas e práticas sobre aspetos menos desenvolvidos das práticas de reinstalação. Isto inclui a forma

Quem deve utilizar a presente ferramenta?

O presente guia destina-se principalmente a apoiar os funcionários responsáveis pelos processos de reinstalação na preparação de uma entrevista de reinstalação num primeiro país de asilo. Pode ser considerado útil tanto para funcionários responsáveis pela análise dos processos que não tenham experiência ou tenham experiência limitada em missões de seleção para reinstalação, como para funcionários responsáveis pela análise dos processos

(1) A presente ferramenta foi inicialmente desenvolvida no quadro do projeto *Facilitar a reinstalação e a admissão de refugiados através de novos conhecimentos* (UE-FRANK). O projeto foi financiado pelo Fundo Europeu para o Asilo, a Migração e a Integração, dirigido pela Agência sueca para as Migrações. No âmbito do processo de transferência do UE-FRANK, a EUAA realizou um exercício de garantia da qualidade das ferramentas operacionais de reinstalação desenvolvidas neste projeto.





com experiência de reinstalação, que poderão usá-lo como lembrete no seu trabalho. Pode ser visto como uma ferramenta de autoavaliação ou de avaliação da qualidade, podendo também ter interesse para todos os intervenientes envolvidos na preparação ou na realização de um exame dos casos de reinstalação.

Que outras ferramentas e fontes de formação podem também ser utilizadas?

O presente guia deve ser visto como um complemento de outras ferramentas disponíveis, como o Guia Prático sobre o Planeamento e a Execução de Missões de Seleção e a lista de verificação sobre o mesmo assunto. Uma leitura adicional pode também incluir:

- Guia prático da Agência da União Europeia para o Asilo relativo à

entrevista pessoal, 2014, <http://www.euaa.europa.eu/sites/default/files/public/EASO-Practical-Guide-Personal-Interview-EN.pdf>

- ACNUR, Field Handbook for the Implementation of UNHCR BID Guidelines (Manual prático sobre a aplicação das diretrizes do ACNUR relativas à DIS, 2011, <https://www.refworld.org/docid/4e4a57d02.html>)
- Capítulo 7, UNHCR Resettlement Handbook (Manual de Reinstalação do ACNUR), 2011, www.unhcr.org/protection/resettlement/3d464ee37/unhcr-resettlement-handbook-chapter-7-basic-procedures-follow-processing.html
- ACNUR, Managing the Stress of Humanitarian Emergences (Gestão da pressão de emergências humanitárias), agosto de 2001, <http://www.refworld.org/docid/4905f1752.html>
- ACNUR, RLD4 — Interviewing Applicants for Refugee Status (Realização de entrevistas a requerentes do estatuto de Refugiado), 1995, RLD4, <https://www.refworld.org/docid/3ccea3304.html>





Guia prático sobre o planeamento e a realização de entrevistas de reinstalação

Quando o ACNUR identifica refugiados que necessitam de reinstalação e apresenta os seus casos a um país de reinstalação, a decisão de aceitar ou não os refugiados para reinstalação é tomada pelas autoridades do país de reinstalação. Alguns países realizam missões de seleção no primeiro país de asilo, enquanto outros examinam os casos através da seleção dos dossiês ou de entrevistas à distância. Alguns países utilizam uma combinação destas modalidades. Durante uma missão de seleção, são realizadas entrevistas com refugiados no local do primeiro país de asilo. Uma missão de seleção exige, em geral, um planeamento cuidadoso, sendo estes aspetos descritos no Guia Prático sobre o Planeamento e a Execução de Missões de Seleção. O presente guia prático centra-se principalmente na componente principal de qualquer missão de seleção, ou seja, a entrevista de seleção. Pretende descrever as considerações necessárias a ter em mente, ao preparar uma entrevista de seleção e ao realizar a entrevista no primeiro país de asilo.

SECÇÃO 1. PREPARAÇÃO PARA ENTREVISTAS DE SELEÇÃO — UM GUIA BREVE

Entrevistas de seleção

A finalidade de uma entrevista de seleção é examinar os fatores relacionados com a necessidade de proteção internacional e a necessidade de reinstalação. Alguns países poderão ter critérios adicionais enquadrados pelos seus contextos nacionais. Fatores como necessidades e vulnerabilidades médicas ou específicas podem também ser explorados de forma mais aprofundada na entrevista, bem como a confirmação da composição familiar e de informações sobre os antecedentes, tais como o local de residência. Pode também ser necessário examinar questões relacionadas com a exclusão. Uma parte da entrevista pode também abranger a partilha de expectativas e uma oportunidade para os refugiados fazerem perguntas.

Os países de reinstalação podem ter diferentes objetivos para as suas entrevistas de seleção. Alguns países utilizam a entrevista de seleção como uma oportunidade para recolher informações que possam reforçar as capacidades de integração da comunidade de acolhimento

no apoio a refugiados com necessidades e vulnerabilidades específicas. Alguns Estados de reinstalação também avaliam aspetos relacionados com a capacidade ou a vontade do refugiado de se integrar num novo país. É importante que o formato, o conteúdo e o âmbito das entrevistas de seleção sejam esclarecidos, devendo ser acordados protocolos que rejam a realização dessas entrevistas.

Geralmente, o ACNUR apresenta os casos através do Formulário de Registo da Reinstalação (FRR), que contém nove secções, incluindo dados biográficos, informações sobre o pedido do estatuto de refugiado e informações sobre a necessidade de reinstalação. O principal objetivo da entrevista é, muitas vezes, tomar uma decisão sobre o pedido do refugiado e a necessidade de reinstalação.

Os Estados têm práticas diferentes no que diz respeito ao conteúdo das suas entrevistas de reinstalação. Podem consistir em diferentes partes, tais como:





- uma parte em que são colocadas questões relacionadas com a necessidade de proteção internacional (antecedentes pessoais do refugiado, factos sobre perseguição, medo do regresso, etc.);
- uma parte em que são colocadas questões sobre as circunstâncias e necessidades individuais que poderão ser relevantes para a vida futura no país de reinstalação (nível de educação, experiência profissional, situação sanitária, necessidades médicas, etc.).

Alguns países de reinstalação gastam boa parte da entrevista a discutir expectativas, tanto por parte do refugiado como por parte do país de reinstalação. O resultado de tais discussões pode influenciar tanto a decisão do refugiado como a do país de reinstalação sobre se devem ou não prosseguir com a reinstalação.

Dado que os objetivos de uma entrevista de seleção no contexto de uma missão de reinstalação podem divergir dos objetivos de uma entrevista pessoal no contexto de um procedimento nacional de asilo, é importante dar instruções claras à equipa da entrevista sobre a forma como a entrevista deve ser realizada e que tipo de informação deve ser recolhida.

Importância de uma boa preparação

Uma boa preparação é, geralmente, a chave para uma entrevista de alta qualidade. Isto é particularmente importante no caso de uma entrevista de seleção no contexto da reinstalação, tendo em conta que as missões de seleção são frequentemente realizadas dentro de um prazo limitado e, por vezes, em condições básicas. Uma vez que a entrevista pode ser um processo intimidante para o refugiado, um funcionário responsável pela análise do processo bem preparado estará em melhores condições para criar uma

atmosfera que permita ao refugiado sentir-se à vontade e transmitir as informações mais relevantes e exatas. Quanto melhor for a preparação, mais eficiente será a entrevista. Os bons preparativos podem minimizar a necessidade de obter informações adicionais após a entrevista, uma vez que se torna mais fácil identificar que informações podem estar em falta, incompletas, contraditórias ou pouco claras e abordar diretamente essas questões na entrevista.

A maioria dos países faz um exame dos casos antes de realizar as entrevistas. Um exame prévio qualitativo permitirá uma melhor compreensão dos factos materiais de um caso e uma melhor compreensão de detalhes importantes para as diligências práticas relativas a uma entrevista. Por exemplo, permite que seja alocado o tempo adequado à entrevista de seleção, uma distribuição equilibrada dos casos entre os funcionários responsáveis pela análise dos processos, uma escolha informada de um intérprete ou de funcionários responsáveis pela análise do processo do sexo feminino ou masculino para casos específicos, ou a necessidade de pessoal com conhecimentos específicos. Em alguns países de reinstalação, um exame prévio inicial dos casos encaminhados pelo ACNUR poderá também levar à exclusão de um caso e à sua substituição por um novo pedido. Isto aumenta a eficiência do processo, porque os casos em que foi realizada a entrevista têm mais hipóteses de serem aceites. Evita igualmente que os refugiados sejam chamados para entrevistas quando as suas perspetivas de serem reinstalados são limitadas, correndo assim o risco de criar expectativas irrealistas entre estas pessoas. Se os casos puderem ser substituídos por outros antes da missão, é aconselhável que um país de reinstalação chegue a acordo sobre prazos específicos com o ACNUR. Tal permitirá ao ACNUR dispor de tempo suficiente para preparar e submeter o(s) caso(s) de substituição, deixando assim tempo suficiente para que o país de reinstalação se prepare para o caso de substituição antes da realização da missão.





Considerações gerais a ter em mente

Uma das considerações a ter em mente é que cada local da entrevista e operação de reinstalação apresenta um conjunto singular de desafios, que variam muito de missão para missão e de lugar para lugar. Embora geralmente as entrevistas sejam realizadas nas instalações do ACNUR ou da OIM ou em embaixadas, podem também ser realizadas em hotéis ou campos de refugiados. Outros fatores influenciadores podem ser desafios ambientais, tais como clima difícil, locais isolados, falta de eletricidade, Internet ou ligações wi-fi, etc. Estes últimos podem ser importantes, já que alguns países trabalham num ambiente de TI fechado ou precisam de um acesso à Internet que funcione bem no local.

É importante salientar que os refugiados submetidos à reinstalação pelo ACNUR não são um grupo homogéneo, mas sim uma variedade de pessoas com diferentes habilitações académicas, idades, géneros, composições familiares, conhecimentos do mundo e redes sociais. Vivem em situações e contextos diferentes. O acesso a soluções ou serviços técnicos como a Internet, o telefone ou mesmo a eletricidade e outras circunstâncias práticas diferem de grupo para grupo e de pessoa para pessoa. Alguns podem ter vivido muito tempo em campos de refugiados e foram parcial ou completamente afastados de uma vida social funcional, enquanto alguns vivem em áreas urbanas, têm bons conhecimentos de outros países e podem ter experiência em viajar e visitar diferentes partes do mundo. Estes e muitos outros fatores criam diferenças no modo como as pessoas lidam com a situação da entrevista e como recebem e interpretam a informação. Isto tem impacto nas questões que se tornam relevantes na comunicação com elas e na forma como a equipa da missão define o quadro para uma boa comunicação. Tendo em conta o acima exposto, é importante adaptar, tanto quanto possível, o enquadramento, bem como o conteúdo da informação e a forma como as questões são colocadas ao contexto das pessoas.

A realização de entrevistas de reinstalação também pode ser exigente para os funcionários responsáveis pela análise dos processos. As missões de seleção podem ser agitadas, os dias de trabalho são longos e as entrevistas de reinstalação são, por vezes, realizadas com apertados limites de tempo e em condições de trabalho básicas. Ouvir os refugiados a lembrarem atos de perseguição, perda, violações dos direitos humanos, violência e até mesmo tortura que sofreram também pode ser pesado em termos emocionais para os funcionários responsáveis pelo processo de reinstalação, especialmente se o calendário de entrevistas estiver preenchido. Um funcionário responsável pela análise do processo bem preparado estará mais bem preparado para lidar com estas condições. Os preparativos práticos e mentais podem reduzir a pressão pessoal e ajudar os funcionários responsáveis pela análise dos processos a lidar melhor com eventos imprevistos que possam surgir durante uma missão de seleção.

Familiarização com o caso

O Formulário de Registo da Reinstalação (FRR)

Antes de uma missão de seleção, o FRR é disponibilizado pelo ACNUR ao país de reinstalação. Outra documentação suplementar disponível é geralmente fornecida mediante pedido. O FRR constitui uma ferramenta fundamental à disposição do ACNUR para apresentar as necessidades de cada refugiado a um país de reinstalação. Um FRR de elevada qualidade é essencial para garantir um elevado nível de aceitação dos casos de reinstalação.

O FRR é frequentemente a documentação principal ou a única disponível num caso de reinstalação. É preenchido um único FRR para cada caso de reinstalação, que inclui dados de todos os membros de uma família que deverão ser instalados em conjunto. Cada FRR ou pedido apresentado indica quem deve ser visto como Requerente





Principal (RP) e quem são os membros da família ou os dependentes desta pessoa. As informações contidas no FRR incluem, entre outros aspetos, pormenores sobre os antecedentes dos refugiados, a composição da sua família, o pedido de refugiado e quaisquer elementos relacionados com a exclusão e necessidades específicas. Contêm igualmente a análise do ACNUR sobre a necessidade de reinstalação e uma descrição abrangente tanto do pedido de refugiado como da Determinação do Estatuto de Refugiado (DER) feita pelo ACNUR. Através dos FRR apresentados aos países de reinstalação, os governos têm a oportunidade de controlar e escrutinar cuidadosamente os factos materiais do caso e de se prepararem para uma entrevista pessoal.

Em determinados contextos operacionais e a fim de processar de forma expedita os volumes de casos de maior dimensão, o ACNUR fundiu num só os procedimentos de determinação do estatuto de refugiado e de reinstalação. Tal resultou numa nova forma simplificada de mecanismo de encaminhamento, designada Metodologia Baseada na Identificação (MBI). A MBI está atualmente a ser utilizada pelo ACNUR no Médio Oriente (por exemplo, na Turquia) e na região do Norte de África (MENA). Por vezes, um formulário de MBI substitui o FRR.

Recolha de documentação de identidade e outras provas documentais

É importante verificar e analisar todas as cópias de documentos de identidade e outros documentos comprovativos, se forem partilhados pelo ACNUR com o encaminhamento. Independentemente desse facto, o ACNUR ou a OIM deverão pedir aos refugiados que tragam para a entrevista todos os seus documentos comprovativos. Tal pode ser transmitido pelo governo aos parceiros operacionais no planeamento da missão de seleção.

Exame do caso

Língua

Ter uma boa visão das competências linguísticas da pessoa apresentada é importante para garantir que possa ser assegurada uma interpretação correta no dia da entrevista. Se possível, cada indivíduo apresentado deverá poder falar na sua língua preferida. Para simplificar a tradução, muitos países de reinstalação realizam as entrevistas em inglês, com um intérprete que traduz do inglês para a língua do refugiado.

Idade

Os refugiados idosos e as crianças refugiadas são inerentemente vulneráveis em situações de deslocação forçada, sendo importante prestar especial atenção a quaisquer sensibilidades relacionadas com a idade de uma pessoa. Os casos relativos a crianças podem exigir entrevistadores com formação especial, devendo os países de reinstalação assegurar a existência de salvaguardas. No que se refere aos idosos, o funcionário de reinstalação poderá querer ponderar se será necessário prestar cuidados e apoio especiais. Por exemplo, o funcionário de reinstalação que realizar a entrevista poderá considerar se é necessária assistência especial para ajudar as pessoas no caso de estas terem mobilidade limitada.

Nacionalidade, etnia e religião

Para além do contexto geral do país de origem ou do país de asilo, poderá ser necessário prestar especial atenção a quaisquer outras sensibilidades mencionadas no FRR, com ligações, por exemplo, à nacionalidade, etnia e/ou religião a que a pessoa pertence. Os refugiados oriundos de minorias e de





grupos indígenas encontram-se normalmente numa posição não dominante na sociedade em que vivem. Esta situação pode colocá-los em risco de marginalização, discriminação e abuso, o que, por sua vez, pode ser exacerbado numa situação de deslocação forçada.

residência e, para facilitar a identificação, indicar o maior número possível de dados pessoais. Isto é importante em vários aspetos, por exemplo, em relação aos controlos de segurança e à avaliação da credibilidade das declarações de uma certa pessoa, bem como aos preparativos/à escolha dos serviços de habitação e integração no país de reinstalação.

Nível educacional

Os funcionários de reinstalação podem também querer ajustar a entrevista ao nível educacional do refugiado, a fim de garantir que os refugiados possam compreender e responder adequadamente às perguntas.

Membros da família no caso apresentado

É importante ter em conta o estatuto familiar das pessoas. Enumerar eventuais familiares próximos de cada membro da família incluído no caso do RP. O processo inclui geralmente os cônjuges, os filhos dependentes (incluindo crianças adotadas e enteados), os irmãos e os pais.

Casos associados

Por vezes, famílias distintas podem estar relacionadas e ligadas entre si, mesmo que tenham diferentes FRR. Se for esse o caso, tal facto deve ser mencionado no respetivo FRR. Por conseguinte, é importante acompanhar e enumerar todas as ligações familiares. Esteja ciente de que podem existir famílias que tenham acolhido e tratado de outras pessoas, como crianças não acompanhadas ou idosos vizinhos, com os quais não existe qualquer relação de sangue, mas sim uma relação de dependência que pode ter de ser estabelecida. O FRR deve indicar claramente se as pessoas em causa têm familiares no país de reinstalação e, em caso afirmativo, indicar os seus nomes, o grau de parentesco, o seu local de

AIS e DIS

No que diz respeito às crianças não acompanhadas, separadas e outras crianças em risco e que estão a ser consideradas para efeitos de reinstalação, certifique-se de que está disponível uma avaliação do interesse superior (AIS) ou uma determinação do interesse superior (DIS), a fim de assegurar a aplicação ideal do princípio do interesse superior em ações que afetem crianças específicas. Uma DIS descreve o processo formal com salvaguardas processuais rigorosas concebidas para determinar o interesse superior da criança relativamente a decisões particularmente importantes que afetem a sua vida. Deve facilitar uma participação adequada das crianças sem discriminação, envolver os decisores com áreas de conhecimentos especializados relevantes e equilibrar todos os fatores pertinentes para avaliar a melhor opção. Quer a BID quer a BIA são realizadas pelo ACNUR antes da seleção para reinstalação e devem ser anexadas ao FRR. A DIS é uma parte importante que um país de reinstalação deve ter em consideração ao identificar as necessidades de proteção de uma criança não acompanhada ou ao avaliar questões relacionadas com a guarda de crianças no país de reinstalação. Em casos que envolvam questões de guarda de crianças, e em determinadas circunstâncias, o ACNUR pode apresentar uma DIS para determinar se a reinstalação é do interesse superior da criança. O ACNUR apresentará sempre uma DIS nos casos que envolvam uma criança acompanhada por um progenitor apenas quando o outro progenitor se recusar a dar o seu consentimento à viagem. Para os países de reinstalação, a DIS é a principal referência, além da entrevista pessoal com a criança ou o respetivo cuidador.



Factos materiais

Com base nas informações disponíveis no FRR, o funcionário responsável pela análise do processo deve identificar na sua preparação os factos materiais, ou seja, os factos relacionados com o cerne do pedido de estatuto de refugiado. Se necessário, deve ser consultado um superior hierárquico. No entanto, o funcionário responsável pela análise do processo deve manter a mente aberta e ter em consideração que poderão surgir novos factos durante a entrevista de reinstalação.

Exclusão

As questões de exclusão são cuidadosamente analisadas pelo ACNUR, e a elegibilidade para proteção internacional ao abrigo do mandato do ACNUR é confirmada antes de um determinado caso ser apresentado para reinstalação. As cláusulas de exclusão fazem parte da definição de refugiado (contida no artigo 1.º da Convenção relativa ao estatuto dos refugiados de 1951), e a consideração da sua aplicabilidade é uma parte integrante dos procedimentos para determinar a elegibilidade de uma pessoa para o estatuto de refugiado. A deteção de potenciais problemas de exclusão pode ocorrer em qualquer fase do processo de reinstalação. Podem existir casos em que o ACNUR tenha examinado considerações relativas à exclusão. Nestes casos, o FRR incluiria os factos relevantes, bem como a apreciação jurídica que levou o ACNUR a concluir que a exclusão não era aplicável. Embora as questões relativas à exclusão sejam cuidadosamente analisadas pelo ACNUR e a elegibilidade para proteção internacional ao abrigo do mandato do ACNUR seja confirmada antes de ser apresentado um determinado caso para reinstalação, as questões relativas à exclusão poderão ainda surgir numa fase posterior do processo de reinstalação. Estas questões podem ser detetadas durante a fase nacional de exame com base nas informações constantes do processo (FRR) fornecidas pelo ACNUR e/ou com base noutras informações disponíveis obtidas durante a fase de exame, tais como

as informações fornecidas pelos serviços de segurança e/ou as informações obtidas após a consulta das redes sociais. Em alguns casos, a indicação de atos potencialmente excluíveis não aparecerá antes da entrevista pessoal.

A fim de detetar o mais cedo possível os casos de exclusão, todos os envolvidos na gestão de casos de reinstalação são aconselhados a prestar atenção a possíveis indicações. É aconselhável recolher o máximo de informações possível sobre a pessoa, incluindo os seus antecedentes, o seu historial de residência e emprego, os membros da família, o serviço militar (se aplicável), as filiações políticas, a pertença a grupos, os percursos de viagem e outras informações relevantes. Utilizar informações sobre o país de origem (IPO) fiáveis para efeitos de comparação e referência. Para uma leitura adicional ou apoio relativamente à exclusão, consultar o guia prático da EUAA sobre a exclusão. É igualmente feita referência às avaliações de exclusão na lista de verificação apresentada mais adiante no presente documento.

Verificar bases de dados disponíveis

As informações disponíveis em bases de dados ou nas redes sociais (Facebook, etc.) podem ser relevantes para a avaliação de um caso. Em particular, podem estar disponíveis informações ou documentos adicionais relacionados com a identidade, a nacionalidade, a situação familiar, as circunstâncias pessoais, a antiga região de residência e o historial de migração. Embora seja importante tratar com cuidado as informações obtidas através de fontes das redes sociais, essas informações podem confirmar as declarações feitas ao ACNUR, o que ajudará a gerar confiança e a realizar a entrevista de uma forma mais eficiente. Pode também acontecer que a informação de fonte aberta comprometa a credibilidade de alguns aspetos do caso de reinstalação, tendo, então, de ser analisada mais aprofundadamente.



Consultar as IPO relevantes e as orientações nacionais relevantes

O conhecimento geral sobre a situação atual do país de origem da pessoa, incluindo as circunstâncias políticas gerais, a situação em termos de segurança e o respeito dos direitos fundamentais, é importante para preparar devidamente a entrevista, fazer perguntas específicas e direcionadas e avaliar adequadamente a necessidade de proteção internacional.

Poderá também ser necessário ter em conta a situação no país de asilo, uma vez que podem ter ocorrido situações relevantes para a avaliação individual da necessidade de proteção internacional e de reinstalação.

Para além das IPO constantes do FRR, é possível obter IPO precisas e atualizadas a partir de várias fontes, como a unidade nacional de IPO, a EUAA (Portal de IPO da EUAA) ou outras organizações relevantes em matéria de direitos humanos. Se necessário e se possível, peça informações adicionais à sua unidade nacional de IPO.

Necessidades especiais

Identificar as necessidades processuais especiais das circunstâncias específicas dos refugiados apresentados ao analisar os processos e preparar as entrevistas. Algumas delas são o género, a idade, doenças ou incapacidade física, mental ou psicológica. Para obter orientações detalhadas sobre a identificação de pessoas com necessidades especiais, pode consultar a ferramenta IPSN da EUAA.

Necessidades médicas

As necessidades médicas de uma pessoa podem ser relevantes para a realização da entrevista e devem ser mencionadas, por exemplo, quando uma pessoa é deficiente, está grávida (gravidez avançada ou imediatamente após o parto), sofre de uma perturbação mental, etc. Se um caso for apresentado na categoria Necessidades Médicas, será adicionado ao pedido um Formulário de Avaliação Médica (FAM). Verificar se as informações constantes do FAM são suficientemente recentes e atualizadas. Note-se que as informações sobre as necessidades médicas devem ser tratadas no respeito da integridade da pessoa e só devem ser abordadas ou mencionadas quando forem relevantes para o procedimento de reinstalação (por exemplo, se tiverem impacto na capacidade de andar de avião ou de aceder ao local da entrevista ou quando for necessário ter conhecimento das mesmas para se preparar adequadamente para a entrevista).

Aptidões especiais para realizar entrevistas

Tente antecipar onde poderão ser necessárias aptidões especiais para realizar entrevistas para ajudar a superar barreiras de comunicação. Prepare-se para entrevistar pessoas particularmente vulneráveis na família, incluindo sobreviventes de violência (por exemplo, violência sexual ou de género, VSG), porque pode ocorrer um interrogatório sensível. É importante abordar estas questões de uma forma culturalmente respeitosa, sensível ao género e adequada à idade. Os funcionários responsáveis pela análise do processo devem estar preparados para entrevistar membros da família separada e cuidadosamente.

Confidencialidade

Preste atenção à confidencialidade entre os membros da família. Por razões de





confidencialidade, as pessoas são normalmente entrevistadas separadamente.

Diligências práticas

Funcionário e intérprete

Para maximizar a eficiência, todos os casos associados devem, se possível, ser entrevistados pelo mesmo assistente social. Tal deverá também ter lugar, se possível, no mesmo dia, embora este procedimento possa ser sujeito a alterações. Devem ser envidados todos os esforços para que o requerente possa prestar declarações completas e exatas através da designação de um funcionário responsável pela análise do processo e de um intérprete que não façam com que o requerente se sinta ameaçado ou desconfortável. Isto pode significar, por exemplo, a escolha de uma pessoa de um género específico. Sempre que possível, os pedidos de funcionários responsáveis pela análise dos processos/ intérpretes de um determinado género devem ser deferidos. Deve ser utilizada uma sensibilidade especial aos casos de pessoas LGBTI e quando a pessoa tenha sido vítima de violação ou abuso sexual.

Entrevistas individuais

Recomenda-se entrevistar cada adulto separadamente. Pode também constituir uma obrigação legal ou ser aconselhável, num determinado caso, entrevistar menores. Alguns países de reinstalação realizam uma entrevista conjunta com todos os membros da família. Lembre-se, porém, de que é possível que uma pessoa da família, por exemplo, uma mulher que faça parte de uma unidade familiar e que não seja considerada RP para o estatuto de refugiado, pode ter sido alvo de perseguição e/ou ter necessidades específicas de reinstalação que podem ser diferentes do RP ou de outros membros da

família. Neste contexto, o entrevistador deverá envidar todos os esforços para garantir que todos os membros de uma unidade familiar, incluindo os cônjuges e dependentes, como as crianças maduras, tenham a possibilidade de ser entrevistados separadamente. Só assim o entrevistador poderá determinar se os membros individuais da família têm um pedido independente de proteção internacional, a par do RP.

Duração da entrevista

A duração da entrevista deve ser estimada em função da complexidade do caso.

Protocolo pré-formatado

As perguntas pré-formatadas podem ser úteis para a realização de entrevistas de seleção, porque esta forma de trabalhar garante que sejam feitas todas as perguntas relevantes. No entanto, deve haver sempre flexibilidade suficiente para garantir que o funcionário responsável pela análise do processo possa assistir e adaptar o estilo da entrevista de acordo com a dinâmica de qualquer família específica. Esta é uma questão particularmente importante quando a interpretação for numa língua que não é a primeira língua da equipa.

Calendarização

A calendarização deve contemplar intervalos se a entrevista for longa. É importante ter presente que a entrevista pode ser um exercício emocionalmente esgotante e intenso para todas as partes. Em especial, é necessário prever intervalos para o intérprete e para o refugiado. Além disso, o entrevistador deve fazer intervalos regulares para ter um desempenho eficaz.





Apontamentos e completude

Os protocolos definidos ajudarão a tirar apontamentos. O tempo de entrevista é precioso tanto para as equipas de seleção como para os refugiados, sendo crucial a existência de padrões elevados e coerentes em matéria de apontamentos. Uma estrutura de apontamentos garante que sejam colocadas todas as perguntas necessárias e que sejam recebidas todas as respostas. A estrutura deve estabelecer uma distinção clara entre as perguntas colocadas e as respostas dadas.

Coerência entre entrevistas

A coerência entre entrevistas é importante, em geral. Em algumas operações de

reinstalação, existem equipas interdepartamentais. Se for esse o caso, a verificação cruzada com os colegas que realizam outras entrevistas com os mesmos requerentes permitirá verificar a coerência das declarações ou poderá desencadear a necessidade de esclarecer eventuais contradições ou incoerências.

Outras questões práticas a considerar

Outras questões práticas relacionadas com as entrevistas de seleção a acordar antes da missão encontram-se descritas no manual Preparação e Execução de uma Missão de Seleção.





SECÇÃO 2. MODELO PARA O EXAME/PREPARAÇÃO DE UMA ENTREVISTA DE SELEÇÃO

Este modelo é um exemplo de uma ferramenta que pode ser utilizada para realizar um exame prévio de um pedido para efeitos de reinstalação. Permitirá ao funcionário responsável pela análise do processo preparar a entrevista de seleção identificando, de forma abrangente, os dados mais importantes de um caso, os elementos materiais do pedido de estatuto de refugiado, as necessidades específicas do refugiado e os eventuais fatores impulsionadores da exclusão. Este exame permitir-lhe-á enumerar os pontos que necessitam de mais esclarecimentos durante a entrevista. Pode também ser útil para a preparação do calendário de entrevistas. Uma síntese dos dados também é útil na realização de um exame prévio,

especialmente na realização de missões frequentes.

Tenha em conta que a sua organização deve avaliar quais os dados cuja manutenção é necessária — e autorizada — e como esses dados devem ser tratados de acordo com as normas internas e o direito nacional e internacional [por exemplo, o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD)]. O presente modelo pretende principalmente ser um documento de trabalho interno e não um documento oficial, mas ainda assim é importante refletir sobre questões de integridade e apenas conservar os dados necessários para o processo de reinstalação. Tais dados também têm de ser armazenados e partilhados com cuidado.





A presente ferramenta deve ser preenchida por cada caso apresentado. Se for caso disso, especificar as informações relativas aos diferentes membros do caso.

Data do exame

.....

Exame realizado por

.....

Informações sobre o caso			
Número do processo do ACNUR			
Dimensão do caso			
Apelido(s) + Nome(s) próprio(s)			
Data e local de nascimento			
Nacionalidade			
Outras informações pessoais relevantes			
Conhecimento de línguas	Língua materna		
	Outras línguas		
	Língua escolhida para a entrevista		
Membros da família no caso	Relação	Nome	Número de referência
Não/sim, em caso afirmativo: detalhes			
Casos associados	Relação	Nome do RP	Número de referência





Informações sobre o caso	
Familiares no país de reinstalação não/sim, em caso afirmativo: informações pormenorizadas (nomes completos, contactos, incluindo contactos nas redes sociais para efeitos de investigação de segurança).	
Nível de educação	
Documento de identidade e outros documentos	
Passaporte	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Outros documentos disponíveis (com cópias fornecidas)	
Outros documentos disponíveis (sem cópias fornecidas)	
Resumo do pedido de estatuto de refugiado	
Consulta das redes sociais	
Perfil nas redes sociais encontrado	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Em caso afirmativo, eventuais indicações problemáticas	
Avaliação da exclusão	
Indicações de possíveis motivos de exclusão identificados	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não





INFORMAÇÕES SOBRE O CASO

<p>Em caso afirmativo, especificar:</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> crimes contra a paz, crimes de guerra e crimes contra a humanidade <input checked="" type="checkbox"/> crimes graves de natureza não política cometidos fora do país de refúgio antes da admissão da pessoa como refugiado atos contrários aos princípios e objetivos das Nações Unidas <input type="checkbox"/> crimes graves (proteção subsidiária apenas) <input type="checkbox"/> que constituam um perigo para a comunidade ou para a segurança do Estado-Membro <p>outros crimes/indicações</p>	
Necessidades específicas para a entrevista	
<input type="checkbox"/> Funcionário responsável pela análise do processo e intérprete adequados	
Necessidades médicas Elencar aqui apenas necessidades médicas relevantes para a realização da entrevista (por exemplo, deficiências)	
Outros (por exemplo, crianças, idosos, vítimas de tortura, traumas, etc.)	
Pontos de atenção e pontos a esclarecer durante a entrevista	
Número de pessoas a entrevistar	
Duração estimada da(s) entrevista(s)	
<input type="checkbox"/> Normal	<input type="checkbox"/> Média
<input type="checkbox"/> Excecional	<input type="checkbox"/> Mais do que média





SECÇÃO 3. REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS DE SELEÇÃO

Uma entrevista de reinstalação difere, em alguns aspetos, de uma entrevista pessoal típica. No entanto, partilham, ainda assim, uma série de características. Como já foi referido, é importante observar que os países de reinstalação têm objetivos diferentes para a entrevista de reinstalação. Enquanto alguns países de reinstalação avaliam o pedido do refugiado apenas após a entrevista, outros baseiam-se nas informações e avaliações já existentes do ACNUR. O conselho geral é o de procurar criar um clima de confiança para estabelecer a base para uma entrevista que funcione bem.

Plano estrutural da entrevista

Cada entrevista é única. No entanto, é útil que todos os membros da equipa da entrevista tenham um plano estrutural comum no qual a entrevista possa basear-se. Este plano pode incluir as seguintes questões, algumas delas em função da regulamentação nacional:

- introdução: dar as boas-vindas ao refugiado e apresentar todos os participantes;
- explicar os aspetos de confidencialidade;
- explicar o papel do intérprete e da interpretação durante a entrevista;
- explicar a natureza e a finalidade da entrevista;
- esclarecer os dados pessoais do refugiado;
- perguntas complementares relativas ao pedido de estatuto de refugiado da pessoa;
- formação académica (se necessário, fazer perguntas complementares);
- experiência profissional (se necessário, fazer perguntas complementares, por

exemplo, especificando a experiência anterior e as esperanças e expectativas futuras em matéria de emprego);

- debate sobre a situação atual do refugiado no que diz respeito ao trabalho, incluindo se as crianças menores estão empregadas, alojadas, se têm rendimentos, oportunidades educativas para as crianças, passatempos, etc.;
- motivação para se integrar e abertura à participação social (se esta fizer parte da regulamentação nacional);
- saúde, exceto se for avaliada numa entrevista ou num procedimento separados;
- oportunidade para o refugiado suscitar quaisquer aspetos adicionais ainda não discutidos e fazer perguntas;
- prestação de informações sobre o processo de seleção e manutenção do contacto com o ACNUR;
- encerramento da entrevista.

Diretrizes — lista de verificação contextual de uma entrevista

A fim de realizar uma boa entrevista, o funcionário responsável pela análise do processo deve abordar os principais aspetos do caso e planear a entrevista de forma a concentrar-se nas áreas em que existam omissões ou contradições. A lista abaixo contém algumas sugestões sobre o que abordar. Não é exaustiva e é aconselhável que seja utilizada juntamente com o guia prático da EUAA sobre entrevistas pessoais.

- Verifique a identidade - verifique a fotografia, o nome, os documentos de identidade, etc.
- Obtenha documentos originais em vez de fotocópias. Se a documentação original não for apresentada, pode perguntar-se à pessoa se tem essa documentação disponível e, caso não





- esteja disponível, ser-lhe-á solicitado que dê uma explicação para esse facto.
- Se a pessoa tiver apresentado provas documentais, deve avaliar a sua relevância, a sua fonte, a forma como foram obtidas e se a utilização de documentos falsos tem impacto na credibilidade da pessoa. Deve também comparar as provas documentais em termos de coerência interna e externa. Em alguns casos, pode obter relatórios médicos. Mais uma vez, estes devem ser avaliados em relação às declarações da pessoa e à compatibilidade dos relatórios com o pedido.
 - Esclareça a composição pormenorizada da família e a constituição do caso (tome conhecimento da DIS e/ou AIS, se necessário), ou seja, a composição familiar indicada no caso continua a ser a mesma?
 - Se ocorrerem alterações na composição familiar (por exemplo, casamentos, divórcios, nascimentos ou mortes), certifique-se de que estas informações são registadas e transmitidas ao ACNUR, para que possa ser fornecido um FRR atualizado, caso seja conveniente.
 - Esclareça informações que não estejam disponíveis no FRR.
 - Faça as suas perguntas de seguimento em conformidade. Poderá ser útil apresentar um breve resumo dos principais factos materiais apresentados no FRR e verificar/confirmar que tem um entendimento correto dos principais pedidos de asilo. Certifique-se de que as informações estão corretas e atualizadas.
 - Avaliar a plausibilidade (se for caso disso) e a credibilidade da história da pessoa e da elegibilidade do pedido de asilo, seguida de uma avaliação dos motivos de exclusão.
 - Identificar eventuais necessidades especiais que a pessoa possa ter e que sejam importantes para o país de reinstalação.
 - Se aplicável, obter o consentimento das pessoas para o tratamento posterior, por exemplo, partilha de informações com os parceiros nacionais relevantes no país de reinstalação.

- Se aplicável, recolher outros documentos comprovativos que permitam ao país de reinstalação avaliar a necessidade de reinstalação da pessoa.
- Se aplicável, fazer referência cruzada aos dados pessoais dos membros da família que já residam no país de reinstalação.

Conteúdo da entrevista

Dados pessoais

A entrevista apresenta uma oportunidade para verificar a exatidão dos dados pessoais e dos apelidos do requerente e dos dependentes. É importante despende algum tempo para confirmar os dados pessoais com o refugiado.

As entrevistas costumam começar por questões relativas aos nomes e às datas de nascimento dos refugiados. As formas corretas de escrever os nomes de todos os membros da família podem ser verificadas (tendo em conta as diferenças de transliteração), bem como as datas de nascimento precisas (com base em certidões de nascimento, passaportes, etc., se estiverem disponíveis). Talvez seja bom saber que a idade pode ser interpretada de diferentes formas. Dependendo da nacionalidade do refugiado, o calendário que usam pode ser o gregoriano, o hindu, o islâmico ou o judeu. Além disso, algumas culturas contam a data de nascimento como o primeiro aniversário.

É importante utilizar a entrevista para determinar, tanto quanto possível, o potencial de futuros pedidos de reagrupamento familiar. Por conseguinte, realce a regulamentação relativa ao reagrupamento familiar, a fim de evitar esperanças irrealistas de se reunir com todos os familiares mencionados no novo país. As equipas da missão de seleção devem também estar preparadas para se reunirem com refugiados de culturas com casamentos poligâmicos. Em tais situações, os refugiados devem ser plenamente



informados sobre quais os membros da família que seriam elegíveis para o reagrupamento familiar.

É aconselhável verificar a presença de parentes, amigos e outros elementos de contacto no país de reinstalação. Se uma pessoa com esses laços for selecionada para reinstalação, alguns países de reinstalação tentarão reinstalá-la numa localidade onde já residam os seus contactos, para facilitar o processo de integração. Os entrevistadores também têm de ter conhecimento de casamentos infantis e devem estar aptos a informar os refugiados sobre a regulamentação nacional nesta matéria. Uma vez que o casamento infantil não tem estatuto legal ao abrigo do direito internacional e é amplamente tratado como uma forma de VSG, o ACNUR não apresenta, em princípio, casos de refugiados com menos de 18 anos que sejam casados. Normalmente, o tratamento destes casos e dos casos dos seus progenitores pode ser suspenso até que a criança em causa atinja os 18 anos de idade. No entanto, existem situações em que a apresentação de um pedido de reinstalação para uma criança refugiada casada, juntamente com o seu cônjuge, pode ser justificada devido a necessidades ou vulnerabilidades de proteção imperiosas na família. O ACNUR dispõe de uma ferramenta de avaliação que poderá ser útil como referência para os casamentos infantis.

Antecedentes do refugiado (ou seja, a substância do pedido de estatuto de refugiado)

Os detalhes relativos à determinação do estatuto de refugiado do refugiado constam do FRR preparado pelo ACNUR. O pedido de refugiado no FRR serve de base para a definição da estrutura da entrevista. Poderá ser necessário fazer perguntas complementares e de investigação. O objetivo destas perguntas complementares é convencer a equipa de seleção quanto à exatidão do pedido de refugiado e à determinação que consta da documentação. Se forem discutidos temas sensíveis, deve ser dispensada a presença das crianças na sala.

Só é necessário proceder a uma análise exhaustiva do pedido de estatuto de refugiado apresentado por um refugiado quando o FRR for pouco claro ou ambíguo.

É importante também fazer perguntas sobre os antecedentes de refugiado do cônjuge do RP de reinstalação. Pode ter um pedido de estatuto de refugiado diferente ou, por vezes, até mais forte do que o RP.

Protocolos de encerramento

Dada a sensibilidade da entrevista, é importante um encerramento adequado. No final da entrevista, permita que o refugiado faça perguntas sobre o processo de seleção e os procedimentos de reinstalação em geral, ou quaisquer outras questões gerais que possa ter. É importante que os refugiados sejam convidados a acrescentar mais informações ao que já foi dito (por exemplo, «Há alguma coisa que gostaria de dizer de que não tenhamos falado e que considera útil para apreciar o seu pedido?»). Além disso, é aconselhável informar os refugiados sobre o que acontecerá durante o período que antecede a notificação da decisão. Por exemplo, que têm de notificar o ACNUR de qualquer alteração da composição familiar, do endereço, dos dados de contacto ou qualquer outra informação que possa influenciar o processo de reinstalação. Os refugiados devem ser informados sobre quanto tempo levará a comunicação da decisão sobre o seu pedido de reinstalação.

No que se refere a questões práticas, deve lembrar-se os refugiados para levarem consigo todos os documentos relevantes, quando saírem da entrevista. Se uma equipa de seleção conservar algum documento, os refugiados têm de ser informados dos detalhes relativos à devolução dos documentos. Solicite o consentimento do refugiado e apresente um documento escrito, assinado pelo entrevistador ou pela pessoa responsável relevante, que enumere todos os documentos que o refugiado entregou, indicando como e quando poderá recuperar os documentos. Por último, repita as garantias sobre a confidencialidade dos assuntos discutidos durante a entrevista e,



em seguida, encerre a entrevista com um adeus que seja coerente para todas as entrevistas.

Observações gerais sobre técnicas de entrevista e comunicação intercultural

As entrevistas de seleção são normalmente influenciadas por muitos fatores, por exemplo, diferenças culturais entre o entrevistador e o refugiado, as suas diferentes personalidades e a sensibilidade da situação em causa. A entrevista pode ser desgastante para o refugiado por muitas razões e o funcionário deve tentar reduzir ou minimizar qualquer pressão. Por exemplo, o refugiado pode: considerar o funcionário responsável pela análise do processo como uma figura da autoridade que representa um governo;

- não se sentir confortável ao abordar questões de género;
- ter dificuldade em relatar uma história de perseguição;
- sofrer de uma perturbação de *stress* pós-traumático, etc.

Tendo em conta o acima referido, é importante procurar criar um diálogo entre as partes e não um ambiente de interrogatório. Um ambiente confidencial e seguro torna a entrevista mais rápida e fácil.

Pode também ser útil trazer papel e lápis ou outros brinquedos para crianças pequenas.

Esteja ciente da importância das saudações e esforce-se para as conceber de modo a que todos fiquem à vontade. Adapte-se, se possível, à cultura dos refugiados. Por exemplo, em algumas culturas, os homens não apertam as mãos às mulheres. É aconselhável que a equipa de seleção considere e, se possível, siga as práticas e a cultura das pessoas que estão a ser entrevistadas.

É crucial que, após a entrevista, todos os membros da família sintam que a sua participação foi importante e que as suas experiências foram valorizadas. Se uma família inteira for entrevistada em conjunto, preste atenção durante as entrevistas não só às respostas dadas, mas também ao comportamento e à conduta dos membros da família e às suas relações. Muitos pequenos detalhes ilustram a situação da família, como em que ordem os membros da família se sentam, como os outros reagem ao choro ou a bebés inquietos, e se todos têm oportunidade de responder a perguntas. Se parecer triste, calada ou retraída, talvez essa pessoa não queira ser reinstalada com os outros? Talvez haja um noivo que não queira ficar para trás? É importante que os entrevistadores estejam familiarizados com as questões da comunicação intercultural e estejam conscientes dos riscos de má interpretação causados, por exemplo, por mensagens não verbais.



SECÇÃO 4. UTILIZAÇÃO DE INTÉRPRETES NAS ENTREVISTAS DE SELEÇÃO

As entrevistas de seleção são normalmente realizadas com a assistência de um intérprete. Alguns países de reinstalação utilizam os seus próprios intérpretes, mas a opção mais comum é que os intérpretes sejam fornecidos pelo ACNUR ou pela OIM (quando acordado antes da missão de seleção). Independentemente dos intérpretes utilizados, é importante recordar que a interpretação linguística é uma ligação essencial e crucial entre o refugiado e o funcionário responsável pela análise do processo. Por conseguinte, é necessário considerar cuidadosamente o papel do intérprete, e esta secção centra-se em alguns desses aspetos. Para uma consulta e orientações adicionais sobre esta matéria, consultar a Nota de orientação sobre a comunicação através de intérpretes. Algumas considerações a ter presentes são destacadas abaixo, mas, para um melhor efeito, devem ser lidas em conjunto com a ferramenta acima referida.

Considerações a ter presentes

Se o país de reinstalação utilizar serviços de interpretação prestados pelo ACNUR ou pela OIM, vale a pena ter presentes algumas das seguintes considerações:

- Os intérpretes são fornecidos por outros parceiros, pelo que o país de reinstalação não está a par do processo de recrutamento nem da qualidade das aptidões dos intérpretes.
- Os intérpretes não são utilizados no processo nacional de um país de reinstalação e podem não estar a par de regras nacionais específicas.
- Os intérpretes trabalham para vários países de reinstalação com práticas diferentes.
- A língua de comunicação entre o funcionário responsável pela análise do

processo e o intérprete pode ser o inglês ou o francês.

- Os intérpretes podem pertencer à população refugiada. Se assim for, será importante verificar se os intérpretes podem ser da mesma nacionalidade, mas de diferentes origens étnicas, em especial quando os dois grupos étnicos tenham uma história de conflito no país de origem.

Preparar o intérprete para uma entrevista de seleção

Um primeiro passo importante na realização de uma entrevista de seleção é preparar o intérprete e dar-lhe orientações sobre a forma de desempenhar eficazmente o seu papel. Para a proteção dos refugiados entrevistados, é preciso que a comunicação entre eles, o entrevistador e o intérprete funcione bem. Para evitar danos não intencionais causados por interpretações erradas ou violações dos limites éticos em matéria de confidencialidade e neutralidade, é fundamental preparar os intérpretes antes de começar uma entrevista.

Poderá ser útil que o funcionário responsável pela análise do processo explique como tenciona realizar a entrevista e que tipo de perguntas serão feitas. Além disso, poderão ser úteis algumas explicações sobre a terminologia normalmente utilizada, devendo ser dadas orientações sobre o código deontológico que o intérprete deverá seguir. É particularmente importante insistir na confidencialidade de todas as informações relativas ao refugiado.

O papel do intérprete é que deve manter-se neutro e objetivo durante o processo de entrevista e limitar a tradução ao que é dito na entrevista. O intérprete tem de compreender que tudo o que o entrevistador e o refugiado dizem deve ser



interpretado. Não basta resumir ou embelezar o que está a ser dito através do preenchimento de informações em falta. O intérprete também não deve tentar melhorar as palavras ou as expressões do requerente para as tornar mais coerentes, credíveis ou instruídas. Os nomes das pessoas ou dos locais devem ser soletrados de forma a que sejam claros. O entrevistador ou o refugiado podem sempre pedir esclarecimentos quando necessário. O intérprete deve abster-se de fazer comentários ou de exprimir quaisquer opiniões.

Desafios com padrões de interpretação

Se o funcionário responsável pela análise do processo não estiver satisfeito com a

organização da interpretação, deverá ser possível decidir se a entrevista deve prosseguir ou se é necessário proceder a alterações para corrigir a situação. Por exemplo, tal situação pode surgir se a pessoa entrevistada não entender totalmente o intérprete devido a diferenças de dialeto. Ou, numa situação em que se recorra a intérpretes refugiados, não se deve contratar um intérprete se este tiver uma relação estreita com o requerente devido a laços familiares. É importante recordar que a relação entre o refugiado e o intérprete pode ter impacto na sua capacidade e disponibilidade para comunicar. Os intérpretes não devem interferir nem influenciar a tomada de decisões nem interferir em procedimentos nacionais sensíveis ou confidenciais. Para obter mais apoio na comunicação através de intérpretes, consulte a Nota de orientação sobre a comunicação através de intérpretes.





Serviço das Publicações
da União Europeia

